



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DO RIO DE JANEIRO. Às dezesseis horas do dia vinte e sete de abril de dois mil e vinte e um, o Conselho Municipal de Política Cultural do Rio de Janeiro reúne seus membros integrantes em caráter extraordinário na modalidade virtual, com sala remota via internet, participando: Adair Rocha, Adenílson Honorato, Álvaro Maciel, Andréa Chiesorin, Bianca Toledo, Carla Wendling, Cátia Nunes da Silva, Éricka Gavinho, Flávia Piana, Franklin dos Santos, Izaira Silvia França, Karla Maria Costa, Kátia Pires Chagas, Lia Baron, Lúcia Helena Torres, Marcus Faustini, Paloma Goulart, Paula de Oliveira Camargo, Pedro Paulo Malta, Pedro Vitor Guimarães Rodrigues, Rayanne Pacheco, Reginaldo Magalhães, Rosa Maria Araújo, Rosa Perdigão, Sarah Alonso, Simone Cavaliere, Stephanie Andrea Nascimento, Tânia de Oliveira Pinta, Tomás RamoseWallace Fernandes. Junto aos convidados: Ana Cristina Bloquiau, Cíntia Monsores, Douglas Resende, Igor Sebastian, Raphael Moreira, Raquel Loureiro, Thatiana Sant'Anna e Vera Saboya, gestores nesta Secretaria. Justificado o uso da alternativa virtual em função do Decreto N° 47247 de 12 de março de 2020, a sala é aberta trinta minutos antes das dezesseis horas e os participantes são admitidos na sala virtual. A Coordenadora de Fomento e Democracia Racial, Lia Baron, inicia a reunião, cumprimenta aos presentes e recorda o histórico das últimas reuniões com este Conselho, em especial quanto às metas e pautas pactuadas como prioritárias. São essas: a consolidação e o encaminhamento do Plano Municipal de Cultura; Eleições do Conselho para novos membros da sociedade civil; e a Reformulação do Regimento Interno. Para esse último, fora formado um grupo de trabalho composto pelas conselheiras Paloma

Goulart, Sarah Alonso, Flávia Piana e o conselheiro Franklin dos Santos. As atividades desse grupo já foram iniciadas; ocorreram quatro encontros até o dia de hoje e será apresentado aqui um panorama dos trabalhos. Quanto ao Plano Municipal de Cultura, foi acordado que o mesmo já poderia começar a ser trabalhado nas reuniões extraordinárias, mas que, antes desse início, o poder público apresentasse para a sociedade civil um relatório mais aprofundado sobre a real situação da Secretaria Municipal de Cultura e de como essa foi encontrada, ao mesmo tempo que se relatasse o que foi feito nesses primeiros dias à frente da gestão. Lia Baron aproveita para informar que, extraordinariamente, foram convidados alguns dos principais quadros desta Secretaria para participar dessa apresentação. Uma vez que estão responsáveis pelas áreas, Lia os apresenta nominalmente neste encontro. Em seguida, a Coordenadora de Fomento e Democracia Cultural propõe uma ordem a ser seguida para o encontro de hoje, que seria: apresentação do diagnóstico dos cem dias de gestão; um relato do andamento do grupo de trabalho para a reformulação do Regimento Interno; a montagem do grupo de trabalho para se debruçar sobre o texto do Plano Municipal de Cultura. Para melhor utilização do tempo, é solicitado que cada participante registre suas dúvidas para que sejam expostas ao final da apresentação, onde haverá bloco com três perguntas para que o Secretário possa responder ordenadamente. Ato contínuo, o Secretário de Cultura, Marcus Faustini, tem a palavra, cumprimenta as pessoas presentes e, conforme acordado na última reunião deste Conselho, informa que foi preparada uma apresentação envolvendo as equipes e seus principais nomes na Secretaria, uma apresentação que se pretende, razoavelmente breve, mas com profundidade de informação aos presentes, participa o Secretário. Ele ainda reafirma o compromisso de cumprir as metas pactuadas no último encontro, como o envio do Plano de Cultura, ainda este ano, para a Câmara, consolidar esse caminho do Sistema Municipal de Cultura e lutar com empenho para

recuperação do papel da Secretaria como impulsionadora da retomada da cidade. O Presidente agradece a presença dos conselheiros e convidados gestores nesta Secretaria e faz o convite aos responsáveis pelas áreas para que iniciem a explanação do diagnóstico, acrescentando que esse diagnóstico é constantemente aprofundado e possui relatório ainda sendo construído. Logo, ainda serão colocadas mais coisas e, hoje, este trabalho que será apresentado é a base onde se pode dialogar, aprofundar e até pensar a partir das demandas que apareçam do Conselho de Cultura, afirma o Secretário. Ele informa que essa apresentação é focada principalmente em que situação foi recebida a Secretaria e o que foi conseguido diagnosticar. Portanto, como a situação era dramática, tomou-se a decisão de fazer o caminho de um diagnóstico com precisão sobre a Secretaria, acreditando que isso daria bases de se reconstruir essa centralidade da Secretaria de Cultura para ajudar no renascimento da cultura carioca. A fala é passada para a Subsecretária de Cultura, Éricka. Gavinho. Ela inicia a fala com cumprimento aos presentes enfatizando a importância da transparência e satisfação pela oportunidade de conversa entre o poder público e a sociedade civil. Mesmo que o cenário ainda não seja o mais desejável, Gavinho afirma ser um compromisso absolutamente real da atual gestão trabalhar com a mais absoluta transparência. Afirma em sua fala que “nós estamos”. Faustini está Secretário e eu estou Subsecretária, ninguém é, e nem se tem a pretensão de ficar aqui para sempre. Voltaremos para a sociedade civil e o que se deseja é que essa passagem pela Secretaria de Cultura seja a oportunidade de uma melhor conversa entre governo e sociedade civil, para que o nível de desestruturação que a chegou esta Secretaria nunca mais aconteça”. A Subsecretária entende ser um desafio, mas garante que estão enfrentando com muita verdade e vontade de mudar. Com isso, ela explicita terem encontrado um orçamento bem abaixo de uma série histórica dos últimos dez anos. Exemplifica que o orçamento, em contas grossas, gira em torno de cem

milhões de reais, o que, na verdade, é metade do que foi o do último ano do segundo governo do atual prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, em dois mil e dezesseis. Um orçamento em queda, porque ele já vinha baixando de dois mil e quinze e dois mil e dezesseis, em que o país já vivia uma crise fiscal, e isso, obviamente, termina por repercutir nos orçamentos públicos de um modo geral. Mas o fato é que o que se tem para executar em dois mil e vinte e um é a metade do orçamento que se tinha em dois mil e dezesseis. E isso em uma situação de desestruturação. Situação que já terá detalhamento nesta reunião, em relação aos equipamentos, a constatação é de que se chegou até aqui com os equipamentos sem nenhuma manutenção. Por isso, já com um orçamento baixo, com a desestruturação do órgão, ainda se encontrou um déficit e foi preciso ajustar o orçamento da Secretaria para atender aos decretos do dia primeiro de janeiro, para que se pudesse ajustar a lei de responsabilidade fiscal, afirma a Subsecretária. Então, ao encontrar um déficit de seis milhões de reais, aproximadamente, foi necessária uma série de cortes em contratos que já existiam. Logo, Gavinho apresenta que a gestão anterior deixou mais despesa do que o orçamento e, para que não se incorresse em crime de Responsabilidade Fiscal, foi preciso fazer alguns cortes, todos por força de lei, para que fosse ajustado o orçamento. A Subsecretária considera importante enfatizar os percentuais desses cortes, exemplificando sobre os contratos de prestação de serviço e de mão de obra especializada que chegaram na casa de trinta e três por cento. Continua sua fala lembrando que a Secretaria de Cultura jamais teve na sua história um concurso público e não conta com quadro próprio de servidores. Então, a força de trabalho total da Secretaria de Cultura é formada em quarenta e cinco por cento de mão de obra terceirizada, ou seja, cortar em trinta e três por cento significa perder uma parte significativa de mão de obra, afirma a Subsecretária. E, em razão da crise fiscal que há no município, foi preciso também fazer adequação aos decretos de primeiro de janeiro, que foi para

todo o governo, ou seja, não foi só para Secretaria de Cultura; foi um corte linear para toda a prefeitura, em que foi preciso cortar em vinte por cento dos cargos em comissão. Por isso, em termos de estrutura, há hoje uma condição bem menor do que a que se tinha em dezembro de dois mil e vinte, e, certamente, menor ainda do que a que se tinha em dois mil e dezesseis. Gavinho afirma que também foi preciso fazer um corte nos contratos das lonas e arenas, pois a LOA que fora enviada para a Câmara dos Vereadores em dois mil e vinte já seguiu com uma redução no programa de trabalho de vinte e sete por cento para este ano. A subsecretária continua sua fala esclarecendo que, hoje, a Secretaria de Cultura possui o menor orçamento da história. Ela expõe que, dos cem milhões de orçamento, tem-se vinculado dele sessenta por cento na Lei do ISS. Dezesseis milhões é de mão de obra e nesses não estão incluídos a contratação de mão de obra terceirizada, àquela que representa quarenta e cinco por cento da nossa força de trabalho, como já citado. O que sobra são vinte e quatro milhões de reais, que é o que se tem para a manutenção da Secretaria como um todo, inclusive para contratação de mão de obra para tocar a atividade-meio e também a atividade-fim, complementa a Subsecretária, recordando que, apesar desse orçamento enxuto e de todas as dificuldades, estarem, por orientação do Secretário Faustini, fazendo todo tipo de conta e de ajuste possível para que se possa ter um contrato de manutenção dos equipamentos. Hoje, a Secretaria não possui um contrato para cuidar dos equipamentos, o que é absolutamente grave diante da quantidade de equipamentos que se tem e da diversidade entre eles, diz Éricka Gavinho. Além dessas desestruturas todas, há um passivo importante de prestação de contas que é algo preocupante, até por conta do controle dos órgãos de prestação de contas sobre a Secretaria e também pela responsabilidade de haver recursos públicos utilizados não só por particulares que precisam prestar suas contas, mas também nós, enquanto poder público, precisamos avaliar estas contas, pois, conforme é de

conhecimento dos presentes, por conta da Lei Aldir Blanc, tivemos mais de três mil projetos aprovados. Então, tem-se ao longo desse ano, apesar das prorrogações, a análise dessas prestações de contas, o que representa um volume de trabalho sobre o qual a Secretaria precisará se debruçar, com toda a precariedade de mão de obra, o que estão tentando ajustar. A Subsecretária então, apresenta um quadro gráfico para demonstrar o orçamento nos últimos dez anos e evidenciar a queda substancial que vem acontecendo ao longo dos últimos anos. O Presidente do Conselho, Marcus Faustini, agradece a Subsecretária e expõe as informações sobre a lei do ISS. Informa que foi feita uma reunião com esta Secretaria de Cultura e com produtores representantes de casas de show de pequeno porte, que ainda não tinham relação com ISS para ampliar o acesso dos produtores da Cidade do Rio de Janeiro. Ainda sobre o ISS, o Presidente afirma que foi feito um diagnóstico de passivos de projetos incentivados pela lei do ISS e que encontrou cerca de duzentas e cinquenta prestações de contas a serem enviadas ao CCPC e que cento e dez pessoas ainda não apresentaram suas prestações de contas. Com esse diagnóstico, foi destacado um servidor para que fizesse contato com essas pessoas para que apresentem suas prestações de contas e que, caso não prestem, a Secretaria tome as providências legais cabíveis. Ainda com a fala, o Presidente afirma que há um gargalo na lei do ISS e que vem envidando esforços no estudo de como trabalhar melhor essa lei. Anuncia, para o ano dois mil e vinte um, uma previsão de execução duzentos e nove projetos culturais e mais cento e trinta e um projetos de anos anteriores. Elucida que, nos primeiros quatro meses de sua gestão, diante de uma lei que consome quase todo o orçamento da Secretaria e à falta de fomento, a lei passou a ser a principal política pública da cidade. Ele explica que o que foi feito foi propor modificações para que se que garantisse o acesso direto aos recursos. Para isso, foram realizadas quatorze reuniões, nesses quatro meses, com o comitê setorial deliberativo, analisando e propondo diagnósticos,

pensando juntos qual o melhor caminho para a distribuição desses recursos. Em sua fala, lembra ainda que o Estado São Paulo acabou com a lei e que leis de incentivo à cultura e que estas estão sob ataque em todo o país. Afirma entender que a lei também possui uma centralidade na política pública, e que o desejo desta gestão é aprimorá-la e a tornar mais acessível, compreendendo a relevância que ela possui para a cultura em todo o ecossistema de políticas públicas. Continua sua fala dizendo que fora realizada uma análise de sete mil projetos inscritos na Lei do ISS, entre dois mil e quatorze e dois mil e vinte, assim como um mapeamento por RA dos produtores inscritos na lei, nos anos anteriores, para entender o comportamento da lei e a sua distribuição na cidade. Também foram analisadas linhas de fomento comparando a Lei do ISS com a Lei Aldir Blanc e o que se deseja é conseguir fazer um quadro comparativo dessas duas leis, tendo como relevância a distribuição dos recursos por bairros e por RAs. Em sua apresentação, mostra o quadro com as ações executivas da Lei do ISS. No quadro seguinte, apresenta um dado sobre as quatro regiões que mais captaram em dois mil e vinte. Em um outro gráfico, apresenta uma análise dessa assimetria. Destaca em sua fala a observância da série histórica dos últimos quatro anos e que quatro regiões foram identificadas como retentoras dos recursos da Lei do ISS, ficando com setenta por cento deles. Afirma, em sua fala, que o Estado e o Município são reguladores do mercado e diz que a Secretaria de Cultura não quer intervir no mercado. Afirma que o mercado é importante, mas é um problema histórico-estrutural e que essa gestão pode ajudar a fazer esse mercado ficar mais democrático. O Prefeito Eduardo Paes vai assinar um decreto em que será lançado o próximo edital no início de maio da Lei de ISS com uma grande mudança: será destinada uma reserva de vinte por cento do patrocínio de empresas que investem mais de quinhentos mil reais no ISS para produtoras sediadas nas APs três, quatro e cinco. A Barra não será contemplada por uma questão de territorialização. O Secretário fecha sua

fala e a palavra é passada para Vera Saboya, responsável pelo Centros Culturais, que inicia apresentando um diagnóstico dos equipamentos. Ela afirma a condição precária em que encontrou todos eles. Problemas básicos, mas estruturantes, para os equipamentos funcionarem como: limpeza de calha, falta de descupinização, falta de manutenção nos sistemas de refrigeração, etc. Diz ter sido feito um levantamento minucioso de tudo que era necessário para a operacionalização desses prédios, que foi entregue ao Secretário para as providências que possam vir a ser tomadas. Para ilustrar, usa o exemplo do Centro Cultural Laurinda Santos Lobo, onde se apresentam dificuldades de acessar o espaço de tão decadente que está. Também fala do teatro Carlos Gomes que está “tomado” de cupim. Declara que o que se espera dessa gestão é poder realizar, nos próximos anos, a recuperação desses espaços tão importantes para o cenário da cultura carioca. Mas, mesmo sem recursos, Vera afirma que vem buscando parcerias com a Rio Luz, Seconserva e a Comlurb para realização de alguns serviços básicos de manutenção. Informa que, para a Arena Jovelina, deve ser lançada em breve uma concorrência para sua reabertura. O Secretário retoma a fala e comunica que, mesmo com os equipamentos culturais fechados, eles receberam cento e trinta e seis projetos da lei Aldir Blanc, com todas as medidas sanitárias protocolares de segurança. A fala é passada para Lia Baron, que faz um breve relato sobre a execução da lei Aldir Blanc. Afirma ser um desafio para qualquer gestor, visto que é um volume grande de processos administrativos e que este tem que ser executado num período de tempo extremamente curto. Afirma que fora realizado um levantamento com um altíssimo grau e execução dos recursos, um panorama de aproximadamente noventa e cinco por cento executado, o que a fez entender que a principal atribuição dessa nova gestão seria terminar de executar os pagamentos faltantes e principalmente realizar alguns ajustes finos do ponto de vista gerencial. Em sua fala, Lia diz que nesse sentido é que foram encontradas algumas

fragilidades de gerenciamento. Lia Baron apresenta o próximo slide com as ações realizadas para dar solvência às pendências que foram encontradas. Nele, Lia aponta, de forma ordenada, as ações: montagem de um grupo executivo para agilizar a tomada de decisão, formado por representantes da Secretaria de Cultura; manutenção do grupo de trabalho que foi formado por meio de resolução, no ano passado, com alguns integrantes do Conselho; publicação dos manuais e relatórios de execução de prestação de contas referentes aos incisos 2 e 3; parceria com a Secretaria de Educação, viabilizando a realização das propostas contempladas no edital Arte Escola e as contrapartidas do inciso 2; organização da equipe de trabalho em função de metas entregues, zerar as pendências de atendimento do inciso 2 equiparando ao inciso 3; criação de um método de organização de dados e processos mais refinado e de planilha única de acompanhamento. Lia esclarece que, com a anuência do Governo Federal, a Secretaria de Cultura prorrogou para o final de outubro a prestação de contas do inciso 3 e a contrapartida do inciso 2. Apresenta ainda alguns números que corroboram com as novas estratégias adotadas para dar continuidade à execução da Lei Aldir Blanc. São elas: dois mil setecentos e setenta e dois e-mails respondidos, quinhentos e noventa e seis atendimentos telefônicos, hum mil e setecentos e dezoito atendimentos para aprovação e uso das marcas, cento e quarenta e dois pagamentos realizados que estavam pendentes, novecentas e trinta e sete prestações de contas do inciso 2 recebidas e seiscentos e cinquenta e três relatórios do inciso 3 recebidos. Deste modo, Lia afirma que foram executados noventa e sete por cento dos pagamentos dos recursos recebidos da lei nesses 100 dias da nova gestão. No slide seguinte, Lia apresenta um balanço do que a Secretaria executou em parceria com o Conselho Municipal de Política Cultural: uma reunião ordinária e duas extraordinárias, quatro reuniões de grupo de trabalho da Lei Aldir Blanc, duas reuniões sobre o Edital do Carnaval, quatro reuniões do grupo de

trabalho do regimento interno. Também foram definidas, junto com o Conselho, as pautas prioritárias para dois mil e vinte e um. São elas: aprovação do Plano Municipal de Cultura, revisão do Regimento Interno e convocação das eleições. Continua sua fala explicitando o balanço do Fundo Municipal de Cultura: Lia Baron coloca que a única operação financeira que fora realizada pelo Fundo Municipal até hoje foi via Lei Aldir Blanc e o saldo aproximado é de trezentos e oitenta mil reais. A fala é repassada a Igor Sebastian, Gerente de Cultura Urbana e Popular, que inicia sua fala ilustrando, através de um slide, as ações que começaram a ser realizadas no início dessa gestão, falando da abertura do diálogo com os movimentos populares e da cultura urbana da cidade. Iniciou-se um levantamento e mapeamento desses movimentos que ele acredita que serão responsáveis pelo renascimento da cultura na cidade pós-pandemia. Informa que foram cadastradas mais de duzentas e setenta e cinco turmas de bate-bola, afirma que, de modo indireto, existem, aproximadamente, mais de treze mil pessoas envolvidas nesse cenário. Frisa o quão importante é dizer que tais turmas estão concentradas na zona norte e na zona oeste da cidade. Também diz que iniciou um levantamento das Baianas de Acarajé: foi recebida por esta gerência a representante das baianas e foi conversado sobre processos menos burocratizados para garantir as licenças de trabalho. Igor diz ainda ter mapeado noventa e seis rodas culturais tais como: rodas de hip hop, rodas de rima e rodas de slam. Ainda na sua fala, esclarece sobre as rodas de samba: que existe uma resolução publicada em dois mil e vinte sobre elas e que dará início a um recadastramento para entender melhor o cenário de funcionamento de tais rodas. Fala também das agendas públicas que foram feitas junto com o Secretário neste período dos cem dias com diversos segmentos da cultura popular carioca. Cita agendas externas realizadas com turmas de bate-bolas, quadrilhas juninas e grupos de chorinho. Afirma ter recebido presencialmente, por esta gerência, grupos de folia de reis e de

grafiteiros. Também afirma ter iniciado um trabalho junto com a SEOP sobre recadastramento dos expositores das Feirartes. Diz que os expositores foram enquadrados no Auxílio Emergencial Carioca. O Secretário de Cultura retoma a fala e pontua sobre os critérios das indicações da Medalha de Ordem ao Mérito Cultural. Explica que houve um reforço no foco de ações realizadas na pandemia. Conta que realizou ainda uma parceria com a Secretaria de Promoção de Política da Mulher para treinamento dos funcionários dos equipamentos culturais, para o acolhimento da mulher vítima de violência doméstica. Assinou um termo de cooperação técnica com a Secretaria de Cultura do Município de São Paulo para que se construa um intercâmbio de artistas de São Paulo com o Rio para o ano de dois mil e vinte e dois. Aponta que o Edital da Cultura do Carnaval Carioca foi muito bem conduzido pela Lia Baron, que estabeleceu um diálogo com o Conselho de Cultura da Cidade, realizando consulta pública, e que no dia vinte e seis de abril houve a liberação do orçamento para o lançamento oficial do edital. Justifica a lentidão de alguns processos por conta do estado pandêmico. O Secretário ratifica seu compromisso com a transparência e a luta pela “Causa da Cultura”. Que essa gestão possui o compromisso com a retomada das ações que coloquem de volta esta Secretaria em um cenário de importância para todo cidadão carioca. Agradece a toda equipe presente pelo trabalho apresentado. Ato contínuo, Lia Baron passa a conduzir a reunião e propõe que os trinta minutos seguintes sejam para que os participantes possam fazer suas perguntas, ficando acordado serem feitas em blocos de três. O primeiro bloco inicia com a fala do conselheiro Álvaro Maciel que elogia Lia Baron e Marcus Faustini pela construção dos trabalhos já realizados pela cultura. Em sua fala, ele busca entender as causas do boicote cultural aos territórios; e entende que a cultura precisa de políticas públicas contundentes e não de políticas para projetos pessoais. O coletivo deve sempre ser prioridade. Elogia a apresentação que a Secretaria fez, mas evidencia a falta de missão

e planejamento. O conselheiro afirma esperar que esse quadro realmente mude e que se tenha uma nova perspectiva no cenário da cultura do Município do Rio de Janeiro. Solicita ainda que seja dada prioridade à Lei do Sistema de Cultura; reconhece a importância da modernização do Regimento Interno, mas entende que este conselho não deveria se ocupar do Regimento, tendo coisas tão mais importantes e urgentes para serem tratadas. Solicita ainda, ao Presidente do Conselho, que seja feita a convocação para a quarta Conferência e se coloca à disposição para os trabalhos do Plano Municipal de Cultura. Seguindo a sequência das inscrições, a Conselheira Carla Wendling questiona sobre quem, de fato, fez alguma coisa pela cultura carioca. Indaga em qual gestão já aconteceram investimentos sérios e comprometidos com a democratização da cultura. Critica também a apresentação feita pela Secretaria por não se sentir contemplada nas falas. Carla afirma que é preciso respeito pelos fazedores de cultura. Solicita que seja feita uma apuração de quem está sendo privilegiado no recebimento de recursos do ISS. Pede um olhar atento aos fazedores de cultura que não possuem CNPJ para que esses também possam ser contemplados nos editais da Secretaria e finaliza sua fala sobre as Folia de Reis, dizendo que elas estão morrendo, e que é responsabilidade do poder público assegurar a manutenção dessa manifestação cultural tão importante para a cultura. Para fechar o primeiro bloco de perguntas, a Conselheira Sarah Alonso fala da apresentação sobre a Lei do ISS e tem a clareza de se tratar de uma tentativa de sensibilizar o mercado ao direcionamento para as áreas de planejamento. Ela então indaga sobre como fazer essa sensibilização e a tornar uma política de Estado. A conselheira pergunta ainda sobre a PL 1028, que está na Câmara, e que destina um percentual dos recursos da lei do ISS para o Fundo Municipal de Cultura. Afirma ter sentido falta de um estudo mais aprofundado sobre os custos dos equipamentos. Compreende que há um engessamento no orçamento que fica dividido na Lei do ISS, que fica nas

mãos da decisão do privado e a manutenção dos equipamentos. Sarah Alonso finaliza sua fala com uma última pergunta de como está o diálogo com o Estado para os repasses do Fundo a Fundo e pede esclarecimento de como isso está sendo trabalhado pela atual gestão. Há uma sugestão por parte do Presidente do Conselho que se mantenham as perguntas dos próximos blocos e que ele dará as repostas no fim de todas elas. Todos concordam, e a fala é passada à Conselheira Kátia Chagas, que saúda a todos e concorda que o material apresentado por esta secretaria não é novidade para ninguém. Chama a atenção para falta de representatividade negra neste conselho, que ainda se encontra em minoria e que esta luta não pode ser esquecida. Questiona sobre a construção das agendas apresentadas nas ações da Secretaria e pergunta ao Secretário o motivo de este conselho não ter sido convidado ou até mesmo convocado para estar presente, visto que os conselheiros são representantes legítimos de coletivos e grupos. Que se faz necessário entender que é preciso caminhar juntos para que se obtenha sucesso nas ações. A conselheira reafirma que, mais uma vez, percebe-se que se está fazendo “projeto de política” e não política pública de cultura. Em sua colocação, diz que é necessário que se faça gestão pública séria. Kátia Chagas ratifica a fala do Conselheiro Álvaro sobre a importância de se ter o Plano Municipal aprovado e pergunta ao Secretário se ele está disposto, com sua equipe, a assumir o compromisso, junto a este Conselho, de sair desta reunião com uma agenda já fechada para que seja feita a IV Conferência Municipal de Cultura. A próxima inscrita é a Conselheira Rosa Maria Barboza, que diz que ficou muito bem impressionada com o trabalho que a Secretaria apresentou e que tudo o que foi exposto a fez sentir esperançosa na retomada das ações da cultura carioca. A conselheira entende que é necessário uma reformulação da Lei do ISS e pergunta ao secretário qual é o ponto nevrálgico que precisa ser tratado nessa reformulação. Passada a fala para Bianca Toledo, ela inicia saudando a todos e parabenizando a Secretaria

de Cultura pelo trabalho e pela forma como a mesma organiza os números. Informa que é fundamental que para um bom plano de cultura que se tenha também um bom diagnóstico sobre a situação, sendo este um ponto de partida. Afirma que se ficou satisfeita com os dados apresentados, mas diz sentir falta de dados como, por exemplo, a concentração territorial dos equipamentos. Bianca diz lembrar que a lei orgânica coloca o compromisso de se ter equipamentos de forma equânime na cidade e em todas as Regiões Administrativas. Afirma que gostaria que a Secretaria apresentasse o orçamento atual e quanto seria necessário para reabrir cada equipamento, Lons e Arenas, Bibliotecas e Museus, considerando contratos de cogestão, contratos de serviço terceirizados, aluguel de mobiliário e manutenção, um pouco para se entender o real custo de cada um. Solicita que se informe o quanto se tem de recurso, o quanto seria necessário e o quanto se almeja de orçamento, para dar conta também de reformas e aberturas de novos equipamentos no futuro. Declara faltar mais detalhamentos da situação dos museus, pensando na construção do plano como política pública para os próximos anos, Bianca Toledo corrobora com a fala da Conselheira Carla Wendling, declarando sentir falta de ver, neste diagnóstico, os dados da realidade dos fazedores de cultura desta cidade, e sugere que sejam utilizados os cadastros e o mapeamento feito pela Lei Aldir Blanc, que, conforme ela afirma, ajudaria nessa análise de um diagnóstico mais claro. A fala então é passada ao Secretário Marcus Faustini que agradece a relevância das considerações e inicia pontuando novamente que essa apresentação preparada fora a pedido do Conselho na última reunião. E coloca que, apesar de todo o enfrentamento, continua-se atendendo nas reuniões dos grupos de trabalho e das reuniões dos comitês que foram criados. Declara que todos estão orientados a trabalhar numa relação de transparência e consonância com o Conselho de Cultura. E ratifica que irá continuar trabalhando nessa perspectiva. Pontua sobre a fala do Conselheiro Álvaro e declara que ficou

combinado, na última reunião com este Conselho, que o Comitê reveria o que estava escrito e, na reunião de hoje, tiraria uma proposta de nomes para esse Comitê. Relembra que ficou pactuado que, no dia de hoje, este Conselho se debruçaria para tirar nomes para esse estudo com uma perspectiva de entrega do trabalho no final de julho para Câmara de Vereadores, uma versão de diálogo com a atual gestão. Afirma o Secretário que foi colocada uma observação sobre o que se tinha do Plano, que era um pouco genérico, e que precisava ser mais um instrumento de ação. Esclarece que esta gestão está seguindo o que foi acordado; que o que se pretende é caminhar nesse sentido, da ação concreta e ainda que, paralelo a isso, todo esse levantamento que está se dando em cima de uma transição que não foi muito consistente no sentido dos dados que recebeu. Então, estão sendo feitos levantamentos, inclusive para subsidiar a participação desta gestão nessa construção. Marcus Faustini afirma também que não há nenhum atraso de entrega por parte desta Secretaria e que a mesma acredita que o Plano é uma prioridade, um compromisso de campanha que se quer realizar, o Secretário afirma possuir uma visão, por participação histórica em conferências, de que os planos aprovados nacionalmente, algumas vezes são apenas manifestos, eles não apontam os caminhos, mas esta gestão acredita, assim como na relação com este conselho, que se precisa ter mais visão de trabalho. Ele ainda coloca esta Secretaria à disposição desta comissão que começa a trabalhar hoje. Esclarece ainda que a Secretaria focou, nesta apresentação, em falar mais do ISS porque, pela lei e não por vontade desta Secretaria, o edital novo do ISS precisará ser lançado em primeiro de maio. Marcus Faustini diz que as desigualdades foram compreendidas e por isso houve uma concentração de análise e que se propõe a debater mais profundamente com este Conselho, em momento oportuno, caso seja desejo dos conselheiros. Continua sua fala afirmando que essa gestão não fará “política de balcão”, que a proposta de se trabalhar com territorialização é o início do fim dessa política de

distribuição de recursos excludente praticada há anos na cidade. Ele informa que, até o final desta gestão, há o compromisso de se fazer uma análise mais rigorosa de todos os processos de descentralização do dinheiro e de incentivo público. Diz também que “as leis vão ficando viciadas na desigualdade e vai, com o tempo, mudando. Então o que era um direito passa a ser um privilégio”, dessa forma, vão surgindo essas distorções e os favorecimentos a determinados nichos. Segue sua fala enfatizando que a luta contra o privilégio precisa ser contínua. Afirma que a lei do ISS possui regulação da própria sociedade civil, mas que ela tem vícios de concentração e, nesse caso, esta gestão já iniciou o tratamento disso, assegurando vinte por cento dos recursos para os projetos de territorialização. Sobre as Folias de Reis, o Secretário também entende que precisa ser dado um tratamento diferenciado, com uma política bem específica para esses grupos, e que está pensando em como desenvolver um trabalho que atenda essas demandas. Elucida também que, nesse período que iniciou a gestão, mais de trinta e cinco por cento da equipe contraiu a covid-19, o que fez com que a equipe, que já é muito pequena, ficasse ainda menor. Afirma ter encarado um cenário muito difícil não só pela situação da pandemia mais também pelo orçamento encontrado. Mas se diz satisfeito com os resultados obtidos até este momento. Que o trabalho desta equipe é garantir a manutenção dos direitos da cultura popular da cidade. Continua sua fala respondendo a Conselheira Sarah Alonso, dizendo ser contra o PL e explica o motivo, afirmando que o Estado, segundo o entendimento dele, “o mercado faz parte da política pública, não pode haver só o mercado, ou o mercado ser a única política pública”. Afirma ainda que a política de mercado não pode ser assimétrica. Prossegue explicando que ao destinar vinte por cento dos recursos do ISS ao fomento, corre-se o risco de não haver análise política e se poderia fadar o fomento a não receber mais nenhum recurso. Ele afirma ser essa a análise pessoal dele, e que talvez a história possa provar que ele está enganado. O Secretário concorda que o

mercado tem que ser liberal, no entanto essa lei não é liberal: ela, como está sendo conduzida hoje, apenas cria uma reserva de mercado, e o que se quer mesmo é ter um fomento que garanta direitos. Esclarece que, quando assumiu a pasta, foi consultado pelo líder do governo na câmara sobre essa pauta do PL. Marcus Fasutini afirma dizer ser contra a forma com foi construído. Então, o Secretário diz assumir publicamente nesta reunião que pediu para que “segurasse” essa PL, para que pudesse então fazer um estudo mais refinado da proposta. O Secretário explica que, muitas vezes, um fomento só por linguagem também pode-se criar privilégios só premiando ativistas. Entende desse modo, que todo edital tem que ter a categoria território como garantia de política pública, mas entende que a lei precisa ser atualizada para que não se permita os vícios que vão se criando e, deste modo, gerando desigualdades e assimetrias. Afirma estar pronto para realizar o debate com a sociedade civil, para que se encontre, juntos, um melhor caminho para a cultura. Ato contínuo, Marcus Faustini prossegue sua fala esclarecendo à Conselheira Kátia Chagas que o que foi combinado na primeira reunião era que a conferência seria após a pandemia e que seria priorizado, neste momento, o Plano Municipal de Cultura e que, após o Plano ser encaminhado para a Câmara, é que iria se discutir o calendário da conferência. Continua informando que foi consenso na última reunião deste Conselho que a conferência só aconteceria quando se pudesse ser feita presencialmente. Solicita que essas demandas sejam ajustadas entre a sociedade civil para que não aconteça a cada momento uma “demanda nova”, alterando o que já foi pactuado. Ratifica que esta gestão deseja ter uma boa relação com os conselheiros da sociedade civil, mas que entende também que pactuações precisam ser respeitadas para se seguir adiante e que voltar atrás aos pactos feitos a todo o momento acaba gerando atritos desnecessários. Afirma, mais uma vez, que ficou pactuado que se juntariam os esforços para o Plano Municipal de Cultura criar o comitê e realizar a

entrega do Plano Municipal de Cultura, em julho, para Câmara e, a partir daí, é que se criaria esse calendário para a conferência. Faustini enfatiza que não há orçamento para a realizar agora, mas que há o compromisso de se colocar esse custo no orçamento. Chama atenção para a disposição desta gestão em discutir políticas públicas para a cultura e que esta Secretaria pode atender à associação, a um vereador, mas que quer discutir política pública com o Conselho. Que convida grandes e pequenas instituições a participar do Conselho para o fortalecimento do mesmo. Que foi feito o grupo de trabalho da Lei Aldir Blanc a pedido do Conselho, mas que este comparece pouco aos encontros. Fala também que o compromisso desta Secretaria com a cultura popular é real e a mesma está trabalhando incessantemente para criar uma boa relação com o Conselho, e afirma “mais do que política, estando eles neste momento como servidores, que possui uma missão de entregar dados e melhorar o diálogo com o Conselho eleito, mas que espera o mesmo comprometimento da sociedade civil”. Ainda com a fala, o Secretário Marcus Faustini exprime à Conselheira Rosa Maria Araújo o prazer e a honra em a ter integrando este Conselho. Explica que a Biblioteca será no Planetário da Gávea e que ela vai ser uma biblioteca para pensar Cultura e Cidade. Que foi feita uma parceria com a PUC, que é a universidade que fez a primeira política de cotas no Brasil. Acredita ainda ser uma universidade pioneira, e está se iniciando uma construção para uma política de apoio para o próximo edital de outras bibliotecas. Novamente o Secretário se dirige à Conselheira Katia Chagas, afirmando ser uma lástima as reuniões não serem presenciais. Que entende que, com a distância, é mais difícil de criar confirmação do acordo de pacto, mas que este Conselho pode contar com a transparência e a vontade de trabalhar desta Secretaria. O Secretário continua a fala agradecendo a Conselheira Bianca pela consideração com o trabalho desenvolvido por esta Secretaria. Que sabe que os dados já existem, mas que o desafio desta gestão é de falar mais claramente sobre os equipamentos,

porque os mesmos ficaram fechados o ano passado e que ainda está sendo feito uma comparação para fazer a média do que foi investido nos anos de dois mil e dezenove e dois mil e vinte. Que esse ano ainda se manterá o mesmo modelo de gestão nos equipamentos, mas que no segundo semestre será feito um pequeno laboratório da própria Secretaria de Fazenda na gestão dos equipamentos, com a participação da IFRJ e UERJ. Que está sendo pensado um modelo diverso para todos os equipamentos e que ele pode ser implementado no ano que vem. Informa também sobre as reuniões semanais com os gestores do Plano Estratégico da Prefeitura, junto com o Prefeito Eduardo Paes, para definir algumas metas desse ano. Houve uma descontinuidade das ações dos equipamentos e isso causa alguma dificuldade de ter uma visão mais ampla do todo. Continua sua fala afirmando que encontros e o trabalho em busca de um diagnóstico mais preciso dará uma possibilidade mais real do que é necessário como quadro orçamentário. Sobre a concentração de equipamentos, Marcus Faustini declara ser contra construir mais equipamentos. Afirmar acreditar ser importante reconhecer equipamentos culturais da sociedade civil e que isto está sendo preparado para o próximo fomento, no segundo semestre. Reconhecer equipamentos culturais da sociedade civil e ajudar no financiamento do custo deles será um impulso para retomada e isso também será posto para discussão com o Conselho, afirma ele. O Secretário recomenda que, caso algum conselheiro tenha dúvidas ou queira aprofundar o assunto, pode marcar reuniões com os gerentes, e reafirma outrossim a disponibilidade de construir junto com todos. A Coordenadora de Fomento e Democracia Cultural, Lia Baron, passa a fala para Conselheira Rosa, que a havia pedido. A Vice-Presidente, Rosa Perdigão, inicia sua fala saudando a todos. Coloca que muitas das questões que ela gostaria de colocar nesta reunião já foram contempladas com algumas falas dos colegas, frisando que conseguiram expressar o que o Conselho está sentindo. Pede desculpas, como Vice-Presidente do Conselho

e membro do grupo de trabalho da Lei Aldir Blanc, por falhas que aconteceram na comunicação. Que neste mesmo dia, houve uma conversa entre as conselheiras e foram corrigidos alguns pontos para que esses erros não voltem a se repetir. Que erros acontecem, não pela falta de diálogo, e que o Conselho se compromete a não deixar essas falhas se repetirem nos grupos de trabalho. Parabeniza toda a equipe da Secretaria pela apresentação do trabalho árduo. Mas assim como seus colegas, também sentiu falta, nas fotos dessas reuniões, da presença dos conselheiros representantes das cadeiras. Que entende que é preciso haver uma maior interação da Secretaria com este Conselho e que corrobora com a fala da Conselheira Katia Chagas quando ela afirma que não houve um convite para que este conselho acompanhasse agendas tão importantes como as que aconteceram. Expressa ainda que, apesar do pactuado à respeito da conferência, para se aguardar minimizar o período de pandemia até que possam ser feitas as reuniões presenciais, entende que a preocupação dos conselheiros e da sociedade civil é que esse legado acabe ficando para outro mandato. Sugere que se tenha uma data futura pós-pandemia para a Conferência e propõem para isso que se trabalhe com pré-conferências. Rosa diz ainda que o desejo do Conselho é fazer tudo isso ser o mais realista possível e declara que todos eles não podem mais trabalhar apenas com o campo das “possíveis possibilidades”. Rosa Perdigão diz que para o grupo de trabalho do Plano Municipal de Cultura ficou acordado que seriam duas pessoas do poder público e duas pessoas da sociedade civil e que a Secretaria entregaria uma nova minuta para ser avaliada, além da minuta que já está nas mãos do Conselho, o que gera preocupação pelo fato de quatro pessoas ficarem a cargo de um processo tão trabalhoso, interagindo nesse estudo, repassando e ouvindo as demandas do conselho e da sociedade civil. Ela externa estar sendo sincera e deseja ser compreendida e espera estreitar laços com essa gestão. A Vice-Presidente enfatiza que, por vezes, os conselheiros fazem colocações e perguntas duras,

mas que esse é o papel da sociedade civil, e que a falta de comunicação clara acaba por acirrar esses desconfortos. Finaliza a fala agradecendo a todos. Com a fala, o Secretário de Cultura Marcos Faustini, faz um convite a todos a fazerem um esforço para deixarem um legado possível diante do atual cenário de crise em que se encontra o país. A Coordenadora de Fomento e Democracia Cultural, Lia Baron, conduz para a finalização desta reunião, recapitulando a última reunião onde foi falado sobre a montagem de um grupo de trabalho para a reformulação do regimento, e que este foi composto por quatro pessoas e que está funcionando muito bem, com discussões muito objetivas, mas que, pela complexidade do Plano Municipal de Cultura, talvez possa ser avaliado se alterar, de quatro para seis integrantes, o grupo de trabalho. Propõe que, apesar do tempo extenso da reunião, do cansaço e desgaste de todos, que os grupos do poder público e da sociedade civil definam se permanecerão com quatro ou seis integrantes de modo paritário, e se irão fazer as indicações agora ou se cada grupo irá fazer suas considerações e encaminhar para a Secretaria Executiva. Lia Baron deixa então registrada sua opção de troca para seis pessoas e que as indicações sejam encaminhadas para Secretaria Executiva. Sugere também que se construa a metodologia do grupo de trabalho na primeira reunião do Plano e não neste momento, porque tomaria muito tempo desta reunião. A Conselheira Sarah pede a fala e propõe que se tenham dois conselheiros da sociedade civil para cada eixo a ser discutido. Entende que, dessa forma, mantém-se a memória do que já foi construído e também um revezamento entre eles no caso de algum impedimento de participarem do encontro; desse modo, a proposta seria que fosse construído um grupo com vinte pessoas paritariamente. Lia Baron toma a fala e coloca sua preocupação com a perda de objetividade e que as discussões ficam prejudicadas acontecendo de modo segmentado, sem saber a quem cabe segmentá-las dentro de uma mesma lógica. Continua sua fala afirmando que, com vinte pessoas, o trabalho terá

dificuldade para andar. Lia sugere um grupo de trabalho pequeno e que esteja com a responsabilidade de fazer o comparativo entre as versões do plano do ponto de vista de crítica textual, porque o poder público precisa entender as duas versões. Propõe ainda que a sociedade civil indique pessoas para compor esse grupo de trabalho com perfil de coordenação e de composição do texto final e que se vá conversando, setorialmente, com essas pessoas que são os representantes dos eixos e que se marque reuniões individuais com os representantes dos eixos. Que este grupo de trabalho seja composto por quatro ou seis pessoas, mas que estejam comprometidas em fazer diálogos bilaterais com os representantes dos eixos. Lia Baron entende que, dessa forma, ficaria mais produtivo. Esclarece ainda que, com um grupo mais diminuto, é possível se preservar a objetividade e a consensualidade da discussão. Bianca Toledo concorda com a proposta da Lia, mas sugere um conselheiro por eixo e esses cinco conselheiros, somando-se aos cinco representantes do poder público, ficariam responsáveis por fazer uma ponte com os demais representantes do estudo já feito pela sociedade civil. A conselheira Sarah Alonso sugere, para esta composição, um conselheiro e um suplente, somando assim vinte integrantes. O Secretário faz uma fala explicando que, quando esta gestão chegou, havia uma proposta do Plano Municipal que foi analisada e foram observadas algumas fragilidades. Esclarece que é a Secretaria que encaminha, em última instância, a revisão final do Plano. E é a secretaria que escreve e manda para Câmara dos Vereadores. O Secretário explica que está tentando fazer aqui uma busca, de uma maneira mais consensual, para a construção do texto, porque existe o receio de que, quando o plano for para Câmara, ele sofra alterações de todas as ordens e de todos os vereadores. Que o esforço desta Secretaria é de que haja um plano que seja um instrumento de ação e não um manifesto. Que não faz uma crítica a esse grupo, mas que esse é um problema do campo cultural hoje. Explica que esta gestão não pode disponibilizar dez pessoas só

para fazer essa discussão. Que tem emergências para atender e que os recursos são poucos. Que a equipe da Secretaria está sobrecarregada. Marcus Faustini sugere que a sociedade civil indique três pessoas de confiança e o poder público indicará três pessoas de confiança. Ele externa seu receio de se tomar um tempo gigante e não cumprir o prazo de entregar em julho. Chama a atenção que o grupo deve decidir junto, conversando para tentar chegar num consenso, e que, quando se chegar num consenso, as decisões serão tomadas. Continua sua fala ratificando que não há intenção desta pasta de tomar decisões unilateralmente e deixar a sociedade civil excluída do debate. Que há, sim, uma preocupação com todo trabalho, com uma equipe reduzida que estará também focada no processo do Edital da Cultura do Carnaval, no Edital do ISS e no começo de reabertura dos equipamentos. Que partilha com todos a preocupação diante do atual cenário. Bianca Toledo faz uma pontuação afirmando entender toda a demanda de trabalho desta Secretaria, que essa apresentação trouxe bastante do quanto se trabalhou nos últimos quatro meses frente a todo o desmonte da última gestão. Ela afirma acreditar que todos reconhecem isso, mas que o Plano Municipal de Cultura é uma prioridade colocada, que existe um prazo fixado na lei, que precisa se aprovar agora. Bianca diz ainda que, enquanto representante do mandato do Vereador Tarcísio Mota, encampa a ideia das conselheiras. Que a discussão já está sendo reduzida a cinco integrantes, só um por cada eixo, que o plano é complexo, e que o que se está tratando é de uma política para próxima década para cultura; não é um trabalho fácil, mas que acredita que se deve tentar fazer o grupo de trabalho da forma sugerida pelas Conselheiras Sarah e Carla. Lia Baron então sugere uma proposta de mediação de cinco de cada lado e que, internamente, este grupo de trabalho de dez pessoas escolha duas para serem os “relatores” para que se consiga chegar objetivamente chegar a um texto final. A Conselheira Andrea Chiesorin tem a fala, saúda a todos e informa que, pela quarta vez, este

Conselho tenta encaminhar à Câmara de Vereadores o Plano Municipal de Cultura para a aprovação e, por isso, a importância dessa conversa sobre a estratégia que esta Secretaria usará com a vereança, que, para os conselheiros da sociedade civil, esse “aconchego” do Senhor Secretário e Presidente deste Conselho para com a sociedade civil é muito importante, para que a gente possa repensar esse texto de modo objetivo e consensual. Ela enfatiza que, pelo fato de este Conselho estar há três anos trabalhando juntos, já há muita interação entre os conselheiros. Diz ainda que eles já forma muitos, mas que se tornaram poucos por conta do extremo desgaste do trabalho duro que esse Conselho exige. Em sua fala, a conselheira lembra que eles eram um grupo de vinte quatro e agora são menos do que isso. Diz lembrar que este Conselho começou a construir esse plano através de várias conferências, que foi necessário abrir mão de muitas coisas. Afirma que esta minuta apresentada foi construída na gestão do Prefeito Crivella, porque anteriormente não se tinha conseguido fazer, na gestão do Eduardo Paes. A conselheira faz o registro dessa crítica ao atual prefeito. Andrea esclarece ainda que, quando se fala de ter mais pessoas nos grupos de trabalho, está se falando de uma flexibilização, porque este Conselho sabe como é composto um grupo de trabalho para um texto ser aprovado na câmara dos vereadores e possui essa vivência, embora parte da própria vereança desconheça a construção desse processo. O Secretário tem a fala e afirma que o debate importa mais o do que o método, que as ideias irão aparecer e pactos serão criados, mas que há uma preocupação em se criar excessos. O Presidente do Conselho lembra a todos que, pelo Regimento Interno, é a Secretaria que faz a redação final e faz o envio para a Câmara. No entanto Faustini, mais uma vez em sua fala, registra que “esta gestão quer construir um consenso para esse Plano Municipal ser aprovado”. O Presidente do Conselho, Marcus Faustini, concorda com a proposta de dez pessoas, mas solicita que seja apresentado um plano de como essas reuniões irão acontecer, para a aprovação desta

Secretaria. Enfatiza a importância de se estabelecer as regras para que não haja os “desmarques” de encontros e não se consiga deste modo realizar as reuniões. Em sua fala, Faustini deixa claro que esta Secretaria não é contra o Plano apresentado pela sociedade civil, mas deixa uma crítica à minuta apreciada, dizendo ser uma “nuvem de palavras”, que não está organizado para ser um plano de ação. Esclarece que esta secretaria se preocupa em aprovar um plano que seja exequível para qualquer gestor. Continua sua fala pedindo que todos reflitam sobre quantas reuniões serão necessárias para finalizar os estudos do grupo de trabalho e qual o planejamento e a metodologia. Marcus Faustini faz esses questionamentos à sociedade civil e pede para que deixe registrado em ata sua preocupação com essa estratégia que está sendo solicitada pela sociedade civil para elaboração do Plano. O Secretário alerta, mais uma vez, sobre o tempo curto que se tem para que esse estudo seja finalizado, organizado e encaminhado à Câmara, mas que está disposto a atender a demanda da sociedade civil. A Conselheira Flávia Piana faz uma fala corroborando com toda a preocupação externada pelo Secretário. A conselheira ainda traz um exemplo do grupo de trabalho do Regimento Interno, que é um grupo de quatro pessoas, e que já foram realizados quatro encontros e ainda não se conseguiu finalizar os trabalhos. A Conselheira Carla Wendling tem a fala e inicia atestando o potencial do Conselho e diz que o importante é que o texto chegue na mão dos conselheiros com todas as informações, que, segundo ela, fizeram falta na hora de este conselho construir sua minuta. Reconhece a importância da dinâmica, mas reafirma que, com o material em mãos, este conselho vai se dividir para começar a trabalhar. Carla continua sua fala fazendo uma referência à da Lia Baron, entendendo que esta pode ser um contato com esse conselho, e que o mesmo já pode começar a estipular as datas para fazer as primeiras entregas e as primeiras discussões. Esclarece que não necessariamente estarão dez pessoas juntas. A conselheira pede a confiança

da Secretaria com relação ao compromisso da sociedade civil de fazer a entrega do Plano, que afirma ser “muito importante” para este Conselho. A Conselheira Sarah Alonso pede a fala e afirma que, enquanto sociedade civil, seria importante entender quais são esses questionamentos e essas fragilidades que esta gestão visualizou. E faz uma proposta de duas reuniões por grupo de trabalho. O Secretário de Cultura propõe um encaminhamento: que o poder público faça uma imersão e apresente para o conselho as recomendações de mudança da pasta e, a partir disso, a sociedade civil se reúna da maneira que achar melhor e apresente uma outra proposta para esta gestão trabalhar. Esta Secretaria trabalharia as duas versões fazendo uma junção dos dois documentos, propõe ele. Lia verifica consenso do encaminhamento do Secretário e encaminha que a Secretaria de Cultura fará uma primeira leitura do texto e, na próxima reunião, serão trazidos os destaques dos pontos sensíveis que serão compartilhado com os representantes do conselho da sociedade civil com e os demais integrantes representantes do poder público. A Conselheira Carla Wendling pede uma questão de ordem para que as atas sejam lidas antes da abertura da reunião, que o mesmo foi acordado anteriormente, que se mandassem com antecedência caso precisassem fazer alguma pontuação ou algum adendo, fazer-se-ia no início da reunião. Que a ata será enviada por e-mail e aprovada ou não no início da reunião sem a necessidade da leitura integral da mesma durante a reunião. Sem mais assunto a ser tratado, a reunião foi encerrada às dezenove horas e dezessete minutos. Eu, Janaina Alves Magalhães, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada, pelas Presidente e Vice-Presidente e pelos Conselheiros presentes que desejam testemunhar o atesto deste documento.